

A diplomacia há de triunfar

A diplomacia latino-americana começa a dar sinais de que sua habilidade conseguirá sobrepujar-se às vociferações iradas de alguns líderes do continente e, assim, transformar uma potencial guerra fratricida na Amazônia em simples contencioso contornável numa mesa de negociação. O caminho anuncia-se longo e tortuoso até que se retorne à normalidade das relações entre Colômbia, Equador e Venezuela - deterioradas desde sábado, quando forças militares colombianas realizaram operação além de seus limites territoriais, resultando na morte do guerrilheiro Raúl Reyes, o número 2 das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), que se escondia na selva equatoriana.

A partir de então o que se viu foi a perigosa escalada no tom dos discursos dos protagonistas do entrevero, até que o assunto chegou à instância mais correta para sua justa avaliação, a Organização dos Estados Americanos (OEA). Para dissipar as nuvens de tensão e os ventos de guerra, foi decidida a criação de uma comissão para analisar em detalhes o incidente e marcada nova reunião de chanceleres, a ser realizada no dia 17, em Washington. Uma maneira civilizada e inteligente de dar tempo ao tempo e serenar as vozes mais exaltadas que se fizeram ecoar pela América do Sul desde o início da semana.

Tão logo soube da morte do guerrilheiro Reyes, o presidente Rafael Correa tratou de denunciar a violação da soberania equatoriana. E antes mesmo de qualquer possibilidade de retratação ou desculpas formais, decidiu romper as relações com Bogotá e reforçar as fronteiras com efetivos militares. Em seguida, iniciou um périplo pelo continente - com rápida passagem por Brasília, onde, na manhã de ontem, angariou a simpatia do presidente Lula para uma espécie de moção à Colômbia, mas não conseguiu seu apoio para isolar o país vizinho na mesa de negociações.

Com efeito, não encontra justificativa nos cânones do direito internacional a atitude da Colômbia de invadir outra nação, seja qual for o pretexto. O presidente colombiano, Álvaro Uribe, disse que Bogotá agiu em legítima defesa. Na guerra travada há décadas contra os narcoguerrilheiros das Farc, tornar-se-ia válido, por esse raciocínio, um ataque preventivo ao inimigo, esteja ele onde estiver. A estratégia de Uribe escora-se na mesma tática usada por seu aliado George Bush, após o 11 de Setembro de 2001, ao invadir o Afeganistão para atacar a rede terrorista Al Qaeda. Com base em duas resoluções da ONU à época, o governo colombiano ousa ir além: quer levar a terceira parte envolvida no conflito - o presidente venezuelano Hugo Chávez - ao Tribunal Internacional de Haia, "por patrocinar e financiar genocidas". Afirma que o computador de Reyes continha a informação de que as Farc tentavam comprar, com auxílio de Chávez, material radioativo para a fabricação de "armas sujas".

A rupestre figura do coronel venezuelano é, de fato, a maior força desestabilizadora do continente. Depois de intrometer-se em assuntos da Bolívia de Evo Morales (como nas negociações supostamente bilaterais entre Brasília e La Paz sobre o preço do gás boliviano) e na Cuba de Fidel Castro (sustentada pelos petrodólares oriundos de Caracas), Chávez vinha ampliando os tentáculos sobre a guerrilha terrorista colombiana (a quem chamava de grupo insurgente, abrandando todos os crimes de lesa-humanidade cometidos pela corja de ex-comunistas, hoje reduzidos a narcotraficantes uniformizados).

Desde o início do ano, conseguiu a libertação de meia dúzia dos quase 700 reféns em poder dos bandoleiros, depois de conversações, ao que tudo indica, com o guerrilheiro Reyes. Com a morte do mediador, tomou as dores da guerrilha, rompeu relações com a Colômbia e convocou tropas para a região fronteira. Tudo em tom de ameaça e deboche.

No âmbito da OEA, como era esperado, a voz da Venezuela foi devidamente abafada, para que as duas partes realmente envolvidas no litígio pudessem chegar a um acordo. No texto, a Colômbia aceita o fato de ter violado a soberania e o território equatoriano - mas o documento final não contém qualquer menção à "condenação" de Bogotá, como havia pedido a delegação equatoriana.

Resta aos chanceleres analisar, na reunião vindoura, novos dados que serão agregados pela comissão encarregada de viajar à região do conflito, e pôr um fim pacífico à questão. E passar a pressionar pela libertação de todos os reféns sob o jugo das Farc.

Disponível em: <<http://www.mre.gov.br>>. Acesso em 7 mar. 2008

A utilização deste artigo é exclusivo para fins educacionais.